

IMPACTOS ECONÔMICOS E DISTRIBUTIVOS DE COMÉRCIO DO CPTPP SOBRE AS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS

Elisangela Gelatti¹, Daniel Arruda Coronel², Angelo Costa Gurgel³, Maiara Thais Tolfo Gabbi⁴

Resumo: Este trabalho objetivou mensurar os possíveis impactos econômicos e distributivos de comércio que o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífico (CPTPP) pode causar sobre os principais setores econômicos e sobre o bem-estar econômico das famílias nas macrorregiões brasileiras, sob uma hipótese alternativa quanto à possível integração do Brasil em tal acordo. Para isso, utilizou-se um Modelo Econômico De Equilíbrio Geral Computável para a Economia Brasileira (PAEG), multirregional, multisetorial e com desagregação de dez classes de renda para as macrorregiões brasileiras. Os resultados econômicos evidenciaram que a adesão do Brasil ao CPTPP estimula o bem-estar, o Produto Interno Bruto, a produção das exportações brasileiras, em especial do agronegócio. Já a não participação tem efeitos nocivos à economia brasileira, prejuízos tanto para o PIB quanto para o bem-estar das macrorregiões brasileiras. Os resultados distributivos de comércio evidenciados com o CPTPP não foram satisfatórios para todas as classes de famílias das macrorregiões brasileiras, apresentando redução no consumo e na renda. Por outro lado, com a adesão do Brasil ao CPTPP, os resultados são benéficos para todas as classes de renda das famílias brasileiras, visto que, todas as classes apresentaram ganhos de bem-estar. A adesão do Brasil ao CPTPP converge para uma diminuição nas desigualdades do bem-estar das famílias das macrorregiões brasileiras, tornando mais harmônicos os efeitos distributivos de comércio.

Palavras-chaves: Modelo de Equilíbrio Geral Computável para Economia Brasileira (PAEG); Brasil; Acordos de Preferências Comerciais; CPTPP.

Abstract: This paper aims to measure the possible economic and distributive trade impacts that the Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership (CPTPP) can cause on the main economic sectors and on the economic well-being of families in Brazilian macro-regions, under the alternative hypothesis that is the possible integration of Brazil in such an agreement. For this, it was used an Economic Model of General Equilibrium Analysis Project (PAEG), multiregional, multisectoral and with disaggregation of ten income classes for the Brazilian macro-regions. The economic results evidenced that Brazil's adherence to the CPTPP stimulates the well-being, the Gross National Product (GNP), and the production of Brazilian exports, especially agribusiness. The non-participation has harmful effects on the Brazilian economy, as losses for both GNP and the well-being of Brazilian macro-regions. The distributives results of trade evidenced with the CPTPP were not satisfactory for all family classes in the Brazilian macro-regions, reducing consumption and income. On the other hand, with the Brazilian adherence to the CPTPP, the results are beneficial for all income classes of Brazilian families since all classes presented showed gains in well-being. The Brazilian adherence to the CPTPP converges to a reduction in inequalities in the well-being of families in Brazilian macro-regions, making the distributive effects of trades more harmonious.

Keywords: Economic Model of General Equilibrium Analysis Project to the Brazilian Economy (PAEG); Brazil; Trade Preferences Agreements; CPTPP.

Área 7 - Economia Internacional

JEL Classification: F00; F10.

1 INTRODUÇÃO

O Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífico (CPTPP) é um dos mais recentes e importantes acordos de “livre comércio” de bens e serviços, englobando parcelas significativas do comércio mundial. As economias do CPTPP representaram juntas mais de US\$ 11 trilhões, 13% do PIB mundial (US\$ 84,82 trilhões) e sua população é de aproximadamente 500 milhões de pessoas (FMI, 2019).

Considerado um mega-acordo de comércio, tem como objetivo principal a facilitação do comércio entre 11 países, que são: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Singapura e Vietnã, assinado em 8 de março de 2018 (WTO, 2018). O CPTPP configura-se como um novo padrão de regras de comércio e investimento e sua relevância para o comércio mundial está diretamente ligada a suas disposições relativas, que não estão incluídas em outros acordos comerciais (THORSTENSEN; NOGUEIRA, 2019; WTO, 2018).

Além disso, estima-se que sua efetivação gerará ganhos de renda global em US\$ 147 bilhão anualmente (PETRI; PLUMMER, 2019), e as preferências comerciais dos países signatários do CPTPP serão direcionadas para os produtos e serviços dos países membros. Assim, sugere-se que a decorrência do

¹Discente do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, USP/ESALQ. E-mail: elisangelagelatti@usp.br.

²Docente dos Programas de Pós-Graduação de Economia e Desenvolvimento, UFSM. E-mail: daniel.coronel@uol.com.br

³Docente e Coordenador do Mestrado Profissional em Agronegócio, FGV/EESP. E-mail: angelo.gurgel@fgv.br.

⁴Mestre em Agronegócios, UFSM. E-mail: maiaratolfo@gmail.com.

CPTPP causará importantes impactos econômicos mundiais, visto que redução de tarifas incentivam mudanças significativas nos preços mundiais dos produtos, nas quantidades ofertadas e demandadas entre os países signatários e não signatários e influenciam no crescimento econômico e no bem-estar global.

A decorrência do CPTPP causará efeitos para diversos países bem como para o Brasil, que tem direcionado sua dinâmica econômica para o comércio internacional e direciona 12% (US\$28,8 bilhões) do total de suas exportações para o CPTPP (MDIC, 2019). Como o comércio internacional tem efeitos substanciais sobre a distribuição de renda dentro de cada país que comercializa, os efeitos de comércio poderão ser distribuídos de formas diferentes entre os setores econômicos, regiões ou classes sociais dos países, conforme suas heterogeneidades. O comércio internacional pode influenciar principalmente no bem-estar das famílias, isto é, influenciar no seu consumo e na renda (MARCHAND, 2017). Assim, o problema de pesquisa consiste em responder à seguinte questão: Quais são os impactos econômicos e distributivos de comércio para as macrorregiões brasileiras com a formação do CPTPP?

Para responder a essa questão, este trabalho tem como objetivo analisar os impactos empiricamente econômicos e distributivos de comércio do CPTPP sobre as macrorregiões brasileiras. Especificamente mensurar os possíveis impactos econômicos e distributivos que o CPTPP pode causar sobre os principais setores econômicos do agronegócio, indústria e serviço e sobre o bem-estar econômico das famílias nas macrorregiões brasileiras, sob uma hipótese alternativa quanto à possível integração do Brasil em tal acordo. Para isso, metodologicamente, utilizou-se um Modelo Econômico de Equilíbrio Geral Computável para Economia Brasileira (PAEG), multirregional, multissetorial e com desagregação de dez classes de renda para as famílias das macrorregiões brasileiras.

Por fim, este estudo busca contribuir com o debate atual sobre a nova dinâmica dos mega-acordos comerciais em discussão e implementação, e, desta forma, analisar seriamente a possibilidade de o Brasil passar a considerar o CPTPP como uma alternativa de negociação, uma vez que inclui importantes parceiros comerciais (THORSTENSEN; NOGUEIRA, 2019). Também, visa contribuir para o entendimento dos reais efeitos causados pelos acordos de preferências comerciais sobre os principais setores econômicos, classes de renda das famílias e macrorregiões do Brasil a fim oferecer subsídios para formação de políticas estratégicas para o Brasil competir de forma mais estruturada com seus concorrentes no mercado mundial e no desenvolvimento socioeconômico do país.

2 REVISÃO DE ESTUDOS EMPÍRICOS

Nessa seção, analisam-se os principais estudos empíricos do comércio internacional acerca de acordos de preferência comercial em relação à economia global e ao Brasil.

Ghaith (2019) avaliou os impactos do CPTPP para as Economias do Canadá (nacional) e Saskatchewan (subnacional), com foco nos setores agrícolas, usando dois Modelos de Equilíbrio Geral Computável: nacional e subnacional, versão 9 do GTAP. A análise baseada em modelos nacionais, sugeriu que, se o CPTPP fosse totalmente implementado, as importações e exportações agrícolas totais do Canadá aumentariam em 1,22% e 4,78%, respectivamente, sendo que os setores mais afetados seriam carnes e produtos lácteos. Já para os resultados do modelo subnacional, estes mostraram que o impacto do CPTPP em Saskatchewan seria mais perceptível do que no Canadá. Destaca-se que este estudo mostra que a liberalização do comércio pode afetar as regiões dentro de um país de maneira diferente, dependendo de suas relações comerciais.

Cunha (2018) examinou os efeitos sobre o Brasil, em especial para o setor do agronegócio, da formação dos principais acordos da região asiática, CPTPP e RCEP. Para isso foi utilizado o GTAP (versão 9), através simulações de cenários alternativos, que considerava a formação desses acordos com e sem a participação do Brasil. Os resultados apontaram que o agronegócio brasileiro, o PIB e o bem-estar serão mais beneficiados através da participação do Brasil nos acordos do que se permanecer afastado deles. O Brasil integrar-se simultaneamente no CPTPP e RCEP é o cenário que mais favorece o agronegócio brasileiro. Nesta perspectiva, Thorstensen e Nogueira (2019, p.116) simularam o possível acordo de livre comércio entre Brasil, Coreia do Sul e CPTPP e evidenciaram que, se o Brasil participar de tal acordo, impactaria de forma positiva a economia, com um aumento esperado para o PIB brasileiro de aproximadamente “US\$ 6,72 bilhão no curto/médio prazo e US\$ 16,01 bilhão para o ano de 2030”.

Mohamed et al. (2019) analisaram os efeitos de uma possível redução das barreiras comerciais entre o Brasil, os EUA e a China sobre a desigualdade no Brasil. Para isso, utilizaram um Modelo Econômico de Equilíbrio Geral Computável para a Economia Brasileira (PAEG), multirregional, multissetorial e com desagregação de dez classes de renda para as macrorregiões brasileiras. Os resultados sugerem que o possível acordo bilateral de livre comércio entre Brasil e EUA contribui para uma redução de desigualdade no PIB e no bem-estar. Já o possível acordo bilateral de livre comércio entre Brasil e China contribui para um aumento da desigualdade. Os resultados para as famílias brasileiras das macrorregiões brasileiras sugerem que a criação de uma área de livre comércio entre o Brasil e Estados Unidos e Brasil e China traz ganhos para as famílias brasileiras e contribuiria para diminuição de desigualdades sociais no Brasil.

Entre os diversos estudos de MEGCs aplicados para identificar os potenciais impactos econômicos do CPTPP, observam-se poucos estudos aplicados com o Modelo de Equilíbrio Geral Computável PAEG, direcionados a avaliar estes impactos para as macrorregiões Brasileiras, a qual coaduna com a importância deste estudo, que busca captar os impactos desses APCs sobre essas macrorregiões, considerando suas heterogeneidades.

3 METODOLOGIA

3.1 MODELO DE EQUILÍBRIO GERAL COMPUTÁVEL PARA A ECONOMIA BRASILEIRA (PAEG)

O PAEG é um Modelo de Equilíbrio Geral Computável estático, multirregional e multissetorial (GURGEL et al., 2013) e representa a produção e a distribuição de bens e serviços da economia mundial. Cada região é representada por sua estrutura de demanda final, composta por despesas públicas e privadas com bens e serviços. Destaca-se que o modelo PAEG baseia-se no comportamento otimizador, no qual os consumidores buscam a maximização do seu bem-estar sujeitos à restrição orçamentária, considerando fixos os níveis de investimento e a produção do setor público.

Os setores produtivos combinam insumos intermediários e fatores primários de produção (capital, trabalho qualificado, trabalho não qualificado, terra e recursos naturais), com vistas a minimizar os custos, dada a tecnologia. Sua base de dados inclui os fluxos bilaterais de comércio entre países e regiões, bem como os custos de transporte, tarifas de importação e impostos (ou subsídios) às exportações (GURGEL et al., 2013).

No PAEG, o Brasil é desagregado nas grandes macrorregiões brasileiras, sendo representada cada região individualmente, em vez do país como um todo. O consumo das famílias brasileiras pode ser desagregado em dez níveis de renda, e a formação da renda das famílias nas regiões, nesse caso, é desagregada em capital, trabalho, transferências e poupança.

Para uma melhor compreensão da estrutura lógica e os fluxos do modelo PAEG, são apresentadas as identidades econômicas do modelo PAEG, e, na sequência, o comportamento dos agentes econômicos. Os índices de conjuntos da base de dados do modelo são representados, como: i, j setores e bens; r países; s regiões; $(f \in m)$ fatores de produção de mobilidade livre dentro de dada região: trabalho qualificado, trabalho não qualificado e capital; e $(f \in s)$ fatores de produção fixos: terra e outros recursos naturais (GURGEL et al., 2013).

Para o funcionamento do modelo PAEG, a produção doméstica (vom_{ir}) é distribuída entre exportações ($vxmd_{irs}$), serviços de transporte internacional (vst_{ir}), demanda intermediária ($vdfm_{ijr}$), consumo privado ($vdpm_{ir}$), investimento ($vdim_{ir}$) e consumo do governo ($vdgm_{ir}$).

Desta forma, o equilíbrio da base de dados do modelo pode ser demonstrada pela identidade contábil na base de dados, representada pelas matrizes de contabilidade social - MCS, referente à produção doméstica apresentada pela equação (1):

$$vom_{ir} = \sum_s vxmd_{irs} + vst_{ir} + \sum_j vdfm_{ijr} + vdpm_{ir} + vdgm_{ir} + vdim_{ir} \quad (1)$$

Os bens importados, representados agregadamente por vim_{rj} são utilizados no consumo intermediário ($vifm_{ijr}$), no consumo privado ($vipm_{ir}$) e no consumo do governo ($vigm_{ir}$). Estes fluxos são representados na (equação 2):

$$vim_{ir} = \sum_j vifm_{ijr} + vipm_{ir} + vigm_{ir} \quad (2)$$

Na produção do bem j (Y_{ir}) incluem-se insumos intermediários (domésticos e importados), fatores de produção móveis ($vf m_{fir}$, $f \in m$) e consumo do agente público ($vigm_{ir}$). A renda dos fatores de produção é distribuída ao agente representativo. O equilíbrio nos mercados de fatores é dado por uma identidade que relaciona o valor do pagamento dos fatores com a renda destes (equação 3).

$$\sum_i vf m_{fir} = evom_{fr} \quad (3)$$

As condições de equilíbrio entre oferta e demanda, nos mercados internacionais, requerem que as exportações do bem i pela região r (vxm_{ir}) sejam iguais às importações do mesmo bem por todos os parceiros comerciais ($vxml_{irs}$), como representado na equação (4):

$$vxm_{ir} = \sum_s vxml_{irs} \quad (4)$$

em que vxm_{ir} representa as exportações do bem i pela região r e $vxml_{irs}$, as importações do mesmo bem pelos parceiros comerciais.

Da mesma forma, condições de equilíbrio aplicam-se também aos serviços de transporte internacionais. A oferta agregada do serviço de transporte j , vt_j , é igual ao valor dos serviços de transporte nas exportações (equação 5).

$$vt_j = \sum_r vst_{jr} \quad (5)$$

O equilíbrio entre oferta e demanda, no mercado de serviços de transporte, iguala a oferta desses serviços à soma dos fluxos bilaterais de serviços de transporte adquiridos nas importações de bens ($vtwr_{jisr}$), como na equação (6).

$$vt_j = \sum_{isr} vtwr_{jisr} \quad (6)$$

A renda do governo (vgm_r), é dada pela soma dos impostos e transferências. Assim a restrição orçamentária do governo pode ser representada pela equação (7):

$$vgm_r = \sum_i R_{ir}^Y + R_r^C + R_r^G + \sum_i R_{ir}^M + R_r^{HH} + vb_r \quad (7)$$

Onde (R_{ir}^Y), (R_r^C) + (R_r^G), (R_{ir}^M) são impostos indiretos na produção e exportação sobre consumo, na demanda do governo e nas importações, respectivamente. A renda do governo também inclui impostos diretos ao agente representativo, representados por R_r^{HH} , bem como transferências do exterior, vb_r .

A restrição orçamentária do agente representativo relaciona a renda dos fatores de produção, descontada dos pagamentos de impostos, com as despesas de consumo e investimento privado, como mostra a equação (8):

$$\sum_f evom_{fr} - R_r^{HH} = vpm_r + vim_r \quad (8)$$

Com as relações apresentadas nas equações de (1) a (8), é possível visualizar dois tipos de condição para a consistência da base de dados contida nas matrizes de insumo-produto e contabilidade social: o equilíbrio de mercado (oferta igual à demanda para todos os bens e fatores de produção) e o balanço da renda (renda líquida igual à despesa líquida). Um terceiro conjunto de identidades diz respeito aos lucros operacionais líquidos nos setores da economia (GURGEL et al, 2013).

No modelo PAEG, considera-se competição perfeita e retornos constantes à escala, de forma que os custos com insumos intermediários e fatores de produção se igualem ao valor da produção, e os lucros econômicos, a zero. Essas condições são aplicadas a cada um dos setores produtivos e atividades, conforme as equações (9) a (15) indicam.

Gurgel et al, (2013), a equação (9) estabelece a condição de equilíbrio da produção, em que o valor do produto agregado, vom_{ir} deve ser igual à soma dos pagamentos dos fatores primários líquidos do imposto, $vifm_{jir}$, mais a soma das demandas intermediárias agregadas importadas e domésticas e os impostos sobre a produção

$$Y_{ir}: \sum_f vf m_{fir} + \sum_j (vifm_{jir} + vdfm_{jir}) + R_{ir}^Y = vom_{ir} \quad (9)$$

A equação (10) estabelece que o valor total das importações deve ser igual ao valor do comércio de mercadorias mais a soma dos serviços de transporte internacional ($vtwr_{jisr}$) e as tarifas de importação.

$$M_{jr}: \sum_s (vxml_{irs} + \sum_j vtwr_{jisr}) + R_{ir}^M = vim_{ir} \quad (10)$$

A equação (11) estabelece a condição de equilíbrio do consumo privado, em que a despesa dos agentes privados deve ser igual à demanda agregada dos agentes privados, domésticas e importadas acrescidas dos impostos sobre o consumo privado.

$$C_r: \sum_i (vdp_{m_{ir}} + vip_{m_{ir}}) + R_{ir}^C = vpm_r \quad (11)$$

A equação (12) estabelece a condição de equilíbrio do consumo do governo, em que a despesa do governo deve ser igual às demandas agregadas do governo domésticas e importadas acrescidas dos impostos sobre o consumo do governo.

$$G_r: \sum_i (vdgm_{ir} + vigm_{ir}) + R_{ir}^G = vgm_r \quad (12)$$

A equação (13) estabelece a condição de equilíbrio do consumo do governo, em que a despesa do governo deve ser igual às demandas agregadas do governo domésticas importadas acrescidas dos impostos sobre o consumo do governo.

$$I_r: \sum_i vdgm_{ir} = vim_r \quad (13)$$

A equação (14) estabelece a condição de equilíbrio no mercado de fatores, em que a renda dos fatores deve ser igual ao valor dos pagamentos dos fatores.

$$FT_{sr}: evom_{fr} = \sum_i vfm_{fir} \quad f \in s \quad (14)$$

Por fim, a equação (15) estabelece a condição de equilíbrio no setor de transportes ou, em outras palavras, o valor das margens de comércio internacional deve ser igual tanto ao serviço de transporte internacional, quanto ao valor das vendas internacionais de transporte.

$$YT_{jr}: \sum_r vst_{jr} = vt_j = \sum_{irs} vtwr_{jirs} \quad (15)$$

Essas relações matemáticas expostas mostram as identidades econômicas do modelo PAEG, descrevem os diversos processos de otimização que ocorrem no Modelo De Equilíbrio Geral, bem como as condições de equilíbrio entre oferta e demanda nos mercados, lucro zero e equilíbrio entre renda e despesas dos agentes, que juntas expressam o processo de equilíbrio computacional⁵.

O fechamento macroeconômico utilizado no modelo será o neoclássico, em que a demanda de investimento e os fluxos de capitais internacionais são fixados exogenamente nos valores do ano-base, pressupondo que o investimento é igual à poupança, garantindo pleno emprego dos fatores de produção (GONÇALVES, 2017).

Nesse tipo de fechamento, o modelo considera uma versão com recursos capital e trabalho apenas, sem mobilidade dos fatores. Ainda, neste modelo, o fator terra é específico aos setores agropecuários, enquanto recursos naturais são específicos a alguns setores (de extração de recursos minerais e energia). Não há desemprego no modelo, portanto, os preços dos fatores são flexíveis (GURGEL et al., 2013).

Ainda, pelo lado da demanda, investimentos e fluxos de capitais são mantidos fixos, bem como o saldo do balanço de pagamentos. Dessa forma, mudanças na taxa real de câmbio devem ocorrer para acomodar alterações nos fluxos de exportações e importações após os choques. O consumo do governo poderá alterar com mudanças nos preços dos bens, assim como a receita advinda dos impostos estará sujeita a mudanças no nível de atividade e no consumo (GURGEL et al., 2013).

3.1.1 Banco de dados e agregação no PAEG

Na agregação da base de dados dos setores, renda das famílias e regiões do PAEG para este estudo, o Brasil é desagregado nas grandes regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste), sendo representada cada região individualmente, em vez de país como um todo. Para cada região brasileira, o consumo das famílias é desagregado em dez níveis de renda, em que, a formação da renda das famílias nas regiões é desagregada em capital, trabalho, transferências e poupança, a fim de avaliar os impactos distributivos do comércio internacional.

O consumo das famílias foi extraído da POF-Pesquisa de Orçamento Familiar de 2008-2009 para cada grande região de acordo com cada classe de renda adotada, no formato de 110 produtos, e agrupados para os setores do PAEG, onde este agrupamento considera os setores do GTAP (WOLF et al, 2018). Para obtenção dos rendimentos das famílias de cada região, utilizaram-se os arquivos da POF 2008-2009, desagregando a formação da renda por classe de renda, atualizando para o ano de 2011, dividindo a formação da renda entre renda do capital, do trabalho, transferências, aposentadoria e poupança (WOLF et al, 2018).

A base de dados do PAEG inclui os fluxos bilaterais de comércio entre países e regiões, bem como os custos de transporte, tarifas de importação e impostos (ou subsídios) às exportações (GURGEL et al.,

⁵ Maiores detalhes e descrição do comportamento dos agentes econômicos, ver Rutherford (2005).

2013). Ressalta-se que todos os dados agregados para a utilização do PAEG representam o ambiente econômico mundial para o ano de 2011, compatível com a base de dados do GTAP 9.0. A base de dados do GTAP apresenta matrizes Insumo-Produto (MIP) para 140 países/regiões, incluindo o Brasil, 57 setores e cinco fatores primários. No Quadro 1 apresenta-se a agregação da base de dados dos setores, renda das famílias e regiões do PAEG utilizadas neste estudo.

Quadro 1-Agregações dos setores e regiões do PAEG

REGIÕES		SETORES	CLASSE DE RENDA DAS FAMÍLIAS (R\$)
BRASIL	1. Brasil: Norte 2. Brasil: Nordeste 3. Brasil: Centro Oeste 4. Brasil: Sudeste 5. Brasil: Sul	1. Arroz 2. Milho 3. Soja 4. Cana de açúcar 5. Carnes 6. Leite e derivados 7. Outros agropecuários 8. Produtos alimentícios	1 - até R\$ 400,00 2 - mais de R\$400,00 até R\$600,00 3 - mais de R\$600,00 até R\$1000,00 4 - mais de R\$1000,00 até R\$1200,00 5 - mais de R\$1200,00 até R\$1600,00 6 - mais de R\$1600,00 até R\$2000,00 7 - mais de R\$2000,00 até R\$3000,00 8 - mais de R\$3000,00 até R\$4000,00 9 - mais de R\$4000,00 até R\$6000,00 10 - mais de R\$6000,000
	CPTPP	9. Têxteis 10. Vestuário e calçados 11. Madeira e mobiliário 12. Papel, celulose e indústria gráfica 13. Químicos, plástico e indústria da borracha 14. Outras manufaturas	
OUTROS		15. Utilidade pública 16. Construção civil 17. Comércio 18. Transporte 19. Serviços e administração pública	
CPTPP	6. México e Canadá 7. Peru e Chile 8. Resto das Américas 9. Japão 10. Brunei, Malásia, Cingapura e Vietnã 11. Austrália e Nova Zelândia		
	INDÚSTRIA		
OUTROS	12. União Europeia 13. China 14. Resto Do Mundo 15. Estados Unidos Resto Do Mercosul	SERVIÇO	

Fonte: Elaboração própria

3.1.2 Cenários analíticos

Tendo em vista que o trabalho objetiva identificar os impactos da efetivação do Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífico (CPTPP) sobre os principais setores da economia brasileira e para as famílias brasileiras desagregadas por classe de renda, foram simulados quatro cenários diferentes: a) Cenário 1 (Efetivação parcial do CPTPP): Realizou-se uma liberalização comercial entre os membros do CPTPP, retirando todas as tarifas de importação de bens e serviços entre as regiões; b) Cenário 2 (Efetivação total do CPTPP): Realizou-se uma liberalização comercial entre os membros do CPTPP, retirando não só todas as tarifas de importação de bens e serviços entre as regiões, mas a eliminação total de subsídios à exportação entre as regiões; c) Cenário 3 (Efetivação parcial do CPTPP+BRASIL): Realizou-se uma liberalização comercial entre os membros do CPTPP e do Brasil, retirando todas as tarifas de importação de bens e serviços entre as regiões; e d) Cenário 4 (Efetivação total do CPTPP+BRASIL): Realizou-se uma liberalização comercial entre os países membro do CPTPP e do Brasil, retirando não só todas as tarifas de importação de bens e serviços entre as regiões, mas a eliminação total de subsídios à exportação entre as regiões.

Através da simulação dos cenários 1 e 2, torna-se possível avaliar a formação do livre comércio entre os países signatários do CPTPP, com tarifas e subsídios iguais a zero, corroborando com o principal objetivo do CPTPP, que é reduzir suas tarifas até eliminá-las. Com a simulação dos cenários 3 e 4, torna-se possível avaliar uma hipotética formação do livre comércio entre o Brasil e os países signatários do CPTPP, supondo que o Brasil fizesse parte desse acordo. Assim, é possível mensurar os possíveis efeitos econômicos que o Brasil teria ao se engajar neste APCs em relação às suas negociações internacionais.

Por fim, nestes cenários, haveria um comprometimento mútuo entre os países do acordo em reduzir todas as tarifas de importação, bem como os subsídios à exportação para todos os setores econômicos. Destaca-se que países que realizam acordos de livre comércio com retirada de tarifas de importações e

subsídios à exportação, de modo geral, têm melhores condições de competir no comércio. Deste modo, foi considerado, nos cenários deste estudo, a eliminação de subsídios à exportação, visto que a OMC trabalha com medidas, desde 2015, para que os países membros eliminem seus subsídios à exportação (TWO, 2019), além do CPTPP considerar a redução de subsídios à exportação em suas negociações (GOVERNO DO CANADÁ, 2019).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 EFEITOS DO CPTPP SOBRE OS PRINCIPAIS SETORES ECONÔMICOS E SOBRE O BEM-ESTAR ECONÔMICO DAS FAMÍLIAS NAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS

Na Tabela 1, são apresentados os resultados mensurados com as simulações dos cenários propostos para os indicadores macroeconômicos, bem-estar e PIB. O bem-estar indica as mudanças no consumo das regiões, provocadas pelas modificações na renda e nos preços. Assim, ao analisar os cenários 1 e 2 (efetivação do CPTPP), os resultados indicam uma pequena redução ao bem-estar e no PIB para o Brasil. Contudo, indicam um impacto negativo, sugerindo que ficar de fora do acordo gera perdas de mercados e oportunidades para o país. No que tange ao bem-estar para as macrorregiões brasileiras, identificou-se que, nos cenários 1 e 2, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul apresentaram uma redução de bem-estar econômico com a vigência do CPTPP, cerca de US\$ -16 milhões e US\$ -16 milhões, US\$ -10 milhões e US\$ -11 milhões, US\$ -68 milhões e US\$ -68 milhões e US\$-18 milhões e US\$-18 milhões, respectivamente. Evidencia-se um impacto negativo no nível de consumo das famílias, sendo o Sudeste a macrorregião mais prejudicada, dado o fato de que possui maiores fluxos comerciais com os países signatários do CPTPP.

Tabela 1 – Bem-Estar ($\Delta\%$ e Δ US\$ bilhão) e Produto Interno Bruto ($\Delta\%$) das macrorregiões brasileiras

		Bem-Estar $\Delta\%$	Bem-Estar Δ US\$ Bilhão	PIB $\Delta\%$	Bem-Estar $\Delta\%$	Bem-Estar Δ US\$ Bilhão	PIB $\Delta\%$
		CENÁRIO 1			CENÁRIO 2		
CPTPP	Norte	0.003	0.002	-0.002	0.003	0.002	-0.002
	Nordeste	-0.006	-0.016	0.002	-0.006	-0.016	0.002
	Centro-Oeste	-0.007	-0.010	-0.002	-0.007	-0.011	-0.002
	Sudeste	-0.007	-0.068	-0.001	-0.007	-0.068	-0.001
	Sul	-0.007	-0.018	-0.004	-0.007	-0.018	-0.004
		CENÁRIO 3			CENÁRIO 4		
CPTPP+ BRASIL	Norte	0.040	0.039	0.008	0.043	0.042	0.008
	Nordeste	0.052	0.127	0,000	0.044	0.109	-0.003
	Centro-Oeste	0.061	0.097	0.021	0.053	0.084	0.020
	Sudeste	0.174	1.684	0.021	0.164	1.586	0.021
	Sul	0.026	0.070	0.026	0.015	0.039	0.026

Fonte: Resultados da pesquisa.

A macrorregião Norte, em termos de bem-estar, apresentou resultados positivos (US\$ 2 milhões e US\$ 2 milhões, respectivamente, cenário 1 e cenário 2) com a formação do acordo de livre comércio CPTPP. Contudo, esses ganhos são relativamente pequenos, uma vez que, o Norte apresenta uma piora em termo de PIB (-0.002 $\Delta\%$ e -0.002 $\Delta\%$, respectivamente, cenário 1 e cenário 2) com a formação de tal acordo, bem como acontece para a maioria das demais macrorregiões, que apresentaram queda no crescimento de suas economias (PIB). Os resultados mensurados nesses cenários estão em consonância com os estudos de Cunha (2018) e Silva (2018), que evidenciaram impactos negativos para o Brasil com a possível efetivação do CPTPP, tanto para o bem-estar, como para o PIB brasileiro.

Nota-se, igualmente para os cenários 1 e 2, uma redução bem modesta no crescimento das economias das macrorregiões brasileiras. Isso pode ser justificado pelas perdas nos fluxos comerciais, a qual já vem ocorrendo ao longo das negociações do TPP-original até o atual CPTPP, uma vez que, no ano de 2011, o Brasil direcionava cerca de US\$ 30,3 bilhão de suas exportações para os países do CPTPP, e, no ano de 2018, esse valor passou para US\$ 28,8 bilhão (MDIC, 2019), sugerindo que os fluxos comerciais antes comercializados com países terceiros estão sendo direcionados aos países signatários do acordo. Assim, a criação de uma área de livre comércio entre os países signatários do CPTPP acaba influenciando

no preço interno dos bens produzidos nas macrorregiões do Brasil, em vista da concorrência externa (GONÇALVES et al., 2014) e dos preços de investimentos, que, por sua vez, impactam no PIB e bem-estar do Brasil.

Já ao analisar os cenários 3 e 4 (efetivação do “CPTPP+BRASIL”), constatou-se um pequeno ganho de bem-estar econômico para todas as macrorregiões brasileiras, evidenciando que a aproximação do Brasil como o CPTPP causará impactos positivos no bem-estar econômico das famílias brasileiras. Esses ganhos ocorrem principalmente devido à maior eficiência na alocação dos insumos e fatores produtivos. Identificou-se que, em termos de bem-estar, a macrorregião Sudeste será a mais beneficiada com a formação do “CPTPP+BRASIL”, cerca de US\$ 1.684 bilhão e US\$ 1.586 bilhão, respectivamente (cenários 3 e 4). Já nos cenários 1 e 2, como observado, as simulações evidenciaram o Sudeste como a região mais prejudicada com a efetivação do CPTPP sem o Brasil. Nota-se que o Sudeste é a região mais sensível com as simulações, uma vez que é a região com importantes relações comerciais com os países signatários do CPTPP. Destaca-se que, em 2018, a região exportou cerca de 56% do total exportado do Brasil para o CPTPP, configurando-se em uma relação superavitária em US\$ 3,7 bilhão (MDIC, 2019). Esses resultados, refletem a importância do Brasil não se isolar de acordos de livre comércio, mas, buscar uma possível aproximação efetiva com os países do CPTPP, para evitar a redução em seus fluxos comerciais, e, conseqüentemente, manter relações deficitárias com os países da Ásia-Pacífico-Oceania.

Quanto ao crescimento das economias das macrorregiões brasileiras (PIB) com a efetivação do “CPTPP+BRASIL”, identifica-se que a variação desse impacto é positiva no cenário 3 para todas as regiões. Já no cenário 4, o impacto é positivo para todas as macrorregiões, com exceção do Nordeste, que apresentou uma queda relativa no PIB de cerca de -0,003%. Contudo, em termos de bem-estar econômico, o Nordeste apresenta ganhos que, conseqüentemente, aumentam o consumo e as exportações, compensando no médio-longo prazo essa queda relativa no PIB dessa região. Thorstensen e Nogueira (2019, p.116) simularam o possível acordo de livre comércio entre o Brasil, Coreia do Sul e CPTPP e evidenciaram que, se o Brasil participar de tal acordo, impactará de forma positiva a economia, com um aumento esperado para o PIB brasileiro de aproximadamente “US\$ 6,72 bilhão no curto/médio prazo e US\$ 16,01 bilhão para o ano de 2030”, corroborando com este estudo.

Corroborando com as discussões sobre subsídios em negociações comerciais, convém destacar que a proposta do cenário 2, onde os países signatários do CPTPP consideram, em suas negociações, a eliminação total de subsídios às exportações e tarifas de importações, os efeitos potenciais sobre as economias das macrorregiões brasileiras são negativos, da mesma forma que os evidenciados no cenário 1, entretanto, os valores dos cenários 1 e 2 são semelhantes e/ou iguais. Justifica-se que, neste trabalho, é utilizado um modelo estático, onde os resultados das simulações são analisados em relação ao ano-base, neste caso, considera-se os subsídios à exportação utilizados pelos países no ano de 2011. Observa-se que os subsídios à exportação praticados pelos países do CPTPP são de baixo valor, e, desta forma, acabam resultando em impactos mínimos dentro do bloco. Assim, evidencia-se que a retirada dos subsídios à exportação é pouco relevante nas negociações comerciais entre os países do CPTPP, visto que, não influenciam na eficiência econômica dos membros do acordo.

Ao considerar hipoteticamente a participação do Brasil no acordo de livre comércio com o CPTPP, nota-se que o Brasil, ao considerar a eliminação de subsídios à exportação além das tarifas de importação (cenário 4), apresentou ganhos inferiores em relação ao cenário 3, que considera apenas remoção de tarifas à importação entre o Brasil e o CPTPP. Isso indica que, mesmo o Brasil possuindo baixos valores de subsídios à exportação para os países signatários do CPTPP, esses valores acabam influenciando nos seus ganhos de eficiência econômica. Entretanto, ainda assim é benéfico para o Brasil fazer parte deste acordo, uma vez que se evidenciam ganhos atrativos em termos de bem-estar.

4.2 ANÁLISE DOS IMPACTOS DA FORMAÇÃO DO CPTPP E “CPTPP+BRASIL” SOBRE OS PRINCIPAIS SETORES DA ECONOMIA DAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS

4.2.1 Agronegócio

Na Tabela 2, são apresentados os resultados das mudanças no valor da produção, da exportação e da importação do setor do agronegócio nas macrorregiões brasileiras para os cenários propostos. As simulações do primeiro e segundo cenários, que correspondem à eliminação das tarifas de importação e

eliminação das tarifas de importação e subsídios à exportação, respectivamente, entre os países do CPTPP, indicam uma redução na produção, exportação e importação do setor do agronegócio brasileiro, evidenciando um impacto negativo com a formação de tal acordo. Apesar dos valores mesurados serem relativamente pequenos, indicam que, para todas as macrorregiões, é evidenciando um prejuízo para os setores do agronegócio brasileiro, nos quais o país possui vantagem competitiva.

Tabela 2 – Mudanças no valor da produção, exportação e importação do setor do agronegócio das macrorregiões brasileiras – variações percentuais ($\Delta\%$)

CPTPP		Arroz	Milho	Soja	Cana-de-açúcar	Carnes	Leite	Outros produtos	Produtos Agroindustriais	CPTPP+BRASIL	Arroz	Milho	Soja	Cana-de-açúcar	Carnes	Leite	Outros prod...	Produtos Agroind.
PRODUÇÃO																		
CENÁRIO 1	Norte	-0.14	-0.16	-0.20	-0.09	-0.10	-0.13	-0.10	-0.24	CENÁRIO 3	1.22	1.07	0.77	0.53	0.54	0.83	1.7	0.93
	Nordeste	0.00	-0.09	-0.02	0.00	-0.05	0.02	-0.02	-0.12		0.22	0.72	0.39	0.07	0.19	-0.2	1.07	0.38
	Centro-Oeste	-0.03	-0.07	-0.04	-0.03	-0.06	-0.05	-0.05	-0.12		0.02	0.36	0.15	0.12	0.21	0.23	0.99	0.23
	Sudeste	-0.13	-0.16	-0.15	0.01	-0.11	-0.10	-0.09	-0.25		0.16	1.13	0.00	-0.1	0.36	0.46	2.22	0.43
	Sul	-0.08	-0.08	-0.08	-0.04	-0.07	-0.07	-0.06	-0.09		0.75	0.76	0.73	0.58	0.59	0.67	1.11	0.58
CENÁRIO 2	Norte	-0.14	-0.16	-0.20	-0.09	-0.10	-0.13	-0.10	-0.24	CENÁRIO 4	1.06	0.58	0.71	0.43	0.42	0.66	1.65	0.59
	Nordeste	0.00	-0.09	-0.02	0.00	-0.05	0.02	-0.03	-0.12		0.23	0.4	0.53	0.09	0.13	-0.1	1.11	0.21
	Centro-Oeste	-0.03	-0.07	-0.04	-0.03	-0.06	-0.05	-0.05	-0.12		-0	0.25	0.22	0.10	0.14	0.19	1	0.07
	Sudeste	-0.14	-0.16	-0.15	0.01	-0.11	-0.10	-0.09	-0.25		-0	0.68	0.05	-0.1	0.24	0.36	2.26	0.08
	Sul	-0.08	-0.08	-0.08	-0.04	-0.07	-0.07	-0.06	-0.09		0.67	0.64	0.7	0.55	0.51	0.59	1.10	0.48
EXPORTAÇÃO																		
CENÁRIO 1	Norte	-0.24	-0.26	-0.22	-0.16	-0.13	-0.19	-0.21	-0.74	CENÁRIO 3	1.77	1.81	0.82	0.98	0.87	1.59	3.8	2.6
	Nordeste	0.04	-0.27	-0.02	-0.02	-0.04	-0.07	-0.19	-0.64		0.37	1.97	0.46	0.19	0.45	0.95	7.29	2.04
	Centro-Oeste	-0.05	-0.19	-0.04	-0.07	-0.09	-0.06	-0.10	-0.31		-0.2	1.13	0.16	0.19	0.29	0.26	2.48	0.62
	Sudeste	-0.02	-0.36	-0.14	-0.05	-0.03	-0.01	-0.32	-0.85		-0.1	2.07	-0.1	-0.3	0.1	-0.2	9.76	1.84
	Sul	-0.11	-0.16	-0.10	-0.08	-0.10	-0.10	-0.11	-0.16		1.32	1.35	0.99	0.78	0.75	1.3	2.87	1.02
CENÁRIO 2	Norte	-0.24	-0.26	-0.22	-0.16	-0.13	-0.19	-0.21	-0.74	CENÁRIO 4	1.47	0.99	0.76	0.79	0.73	1.36	3.71	1.55
	Nordeste	0.04	-0.27	-0.02	-0.02	-0.04	-0.07	-0.19	-0.64		0.45	0.85	0.64	0.17	0.42	0.86	7.46	1.1
	Centro-Oeste	-0.05	-0.19	-0.04	-0.07	-0.09	-0.06	-0.10	-0.31		-0.2	0.56	0.27	0.12	0.21	0.21	2.5	0.19
	Sudeste	-0.02	-0.36	-0.14	-0.05	-0.03	-0.01	-0.33	-0.85		-0	0.68	0.06	-0.4	0.12	-0.2	9.98	0.65
	Sul	-0.11	-0.16	-0.10	-0.08	-0.10	-0.10	-0.11	-0.16		1.23	0.85	1	0.72	0.65	1.22	2.88	0.81
IMPORTAÇÃO																		
CENÁRIO 1	Norte	0.04	-0.02	0,00	0.04	0,00	0.04	-0.02	0.02	CENÁRIO 3	-0.4	-0	-0.1	-0.3	-0.2	-0.5	-0.2	-0.2
	Nordeste	-0.05	-0.03	-0.03	-0.03	-0.03	-0.01	-0.05	-0.02		0.12	0.06	0.06	0.07	0.02	-0.3	-0.1	0
	Centro-Oeste	-0.07	-0.04	-0.05	-0.03	-0.05	-0.03	-0.05	-0.04		0.65	0.31	0.46	0.4	0.39	0.29	0.36	0.22
	Sudeste	-0.10	-0.08	-0.11	-0.07	-0.10	-0.10	-0.09	-0.03		0.73	0.62	0.53	0.58	0.53	0.85	0.81	0.6
	Sul	-0.05	-0.05	-0.03	-0.03	-0.04	-0.03	-0.06	-0.05		0.11	0.43	0.32	0.22	0.43	0.3	0.3	0.23
CENÁRIO 2	Norte	0.04	-0.02	0,00	0.04	0,00	0.04	-0.02	0.02	CENÁRIO 4	-0.30	-0.1	-0.1	-0.3	-0.2	-0.5	-0.2	-0.2
	Nordeste	-0.05	-0.03	-0.03	-0.03	-0.03	-0.01	-0.05	-0.02		0.07	0.03	0.03	0.04	-0	-0.3	-0.2	-0
	Centro-Oeste	-0.07	-0.04	-0.05	-0.03	-0.05	-0.03	-0.05	-0.04		0.60	0.30	0.45	0.39	0.36	0.28	0.33	0.17
	Sudeste	-0.10	-0.08	-0.11	-0.07	-0.11	-0.10	-0.09	-0.03		0.64	0.55	0.43	0.52	0.42	0.75	0.72	0.58
	Sul	-0.05	-0.05	-0.03	-0.03	-0.04	-0.03	-0.06	-0.05		0.06	0.38	0.31	0.19	0.4	0.29	0.23	0.14

Fonte: Resultados da pesquisa.

Ao analisar mudanças nas exportações e importações do setor do agronegócio das macrorregiões brasileiras com a efetivação do CPTPP, constata-se um impacto negativo para o setor, uma queda no valor das exportações totais para todas as macrorregiões, exceto para o setor de arroz do Norte, que apresentou uma variação positiva (0,04% e 0,04%, respectivamente, cenário 1 e 2). Essa queda nas exportações do agro reflete-se na diminuição de sua produção, evidenciando que esse setor acaba tornando-se menos rentável com a efetivação do CPTPP, ou ainda obtendo perdas de eficiência econômica.

Os setores que apresentaram maiores impactos negativos no valor de produção e exportação foram os de arroz, milho, soja, carne e produtos agroindustrializados, os quais estão entre as principais *commodities* exportadas pelo país para o CPTPP. Nota-se que, independentemente da estrutura produtiva agrícola das macrorregiões brasileiras, todas são direta ou indiretamente impactadas negativamente com a formação do acordo. Quanto às mudanças na variação dos valores das importações, a efetivação do CPTPP provocaria uma queda no valor das importações totais brasileiras, na simulação do primeiro e do segundo cenário, exceto para os produtos dos setores de arroz, leite e produtos alimentícios da região do Norte, que apresentaram uma variação positiva. Isso indica uma queda nas trocas comerciais do Brasil com os países signatários do CPTPP.

Sugere-se que a redução dos fluxos comerciais do agronegócio das macrorregiões brasileiras ocorrerá devido ao possível crescimento das exportações do Canadá, estimada em 4,78% com a efetivação do CPTPP, estimuladas pelo aumento do comércio agrícola com Japão, Malásia e Vietnã (GHAITH, 2019). Então, o Japão e o Vietnã, importantes importadores do Brasil de *commodities* agrícolas, com a efetivação do CPTPP, passarão a preferir a comercialização com os países do acordo, em especial com o Canadá, e, conseqüentemente, reduzindo suas relações comerciais com o Brasil.

Ao reduzir as exportações e produções em suas macrorregiões, o Brasil acaba diminuindo seu fluxo de capital e divisas, importando menos, até porque, ocorre um distanciamento em suas relações comerciais com o CPTPP, que, por sua vez, agora vem concentrando as relações comerciais de produtos agropecuários/agrícolas entre os seus países membros, evitando que ocorra desvio de comércio para países terceiros, causando efeitos negativos não só para o Brasil, mas para os demais países que estão fora de tal acordo de livre comércio.

Os países que estão fora do acordo de livre comércio do CPTPP sofreram perdas em seu nível geral de renda e no volume de suas exportações, as quais serão deslocadas por bens produzidos no interior do bloco (THORSTENSEN E NOGUEIRA, 2019). Thorstensen e Nogueira (2019, p.47) ressaltam que os efeitos da efetivação do CPTPP para o Brasil podem ser “antevistas dificuldades na diversificação da pauta exportadora e, em alguns casos, redução das exportações brasileiras em mercados consolidados, inclusive em mercados de tradicional predomínio da produção agrícola brasileira”, o qual é evidenciado no setor do agronegócio das macrorregiões brasileiras.

Nota-se que, no cenário 2, se os países signatários do CPTPP considerarem em suas negociações a eliminação de subsídios às exportações além das tarifas de importações, os efeitos potenciais sobre o agronegócio brasileiros continuam negativos, contudo, os valores são muito semelhantes com os mensurados na simulação do cenário 1. Portanto, para as macrorregiões brasileiras, tanto no valor da produção como para as exportações e importações do agronegócio, se os países signatários do CPTPP considerarem os subsídios em suas negociações, esses não influenciam nos resultados mensurados pelas simulações realizadas, uma vez que os subsídios à exportação aplicados são relativamente muito pequenos entre estes países, os quais causam pouca ou nenhuma distorção de comércio.

Com as simulações do terceiro e quarto cenários, constatou-se que uma possível criação do acordo de livre comércio entre Brasil e os países signatários do CPTPP impactará positivamente para o setor agronegócio das macrorregiões brasileiras, tanto para a produção doméstica como para os fluxos e trocas comerciais, tornando a atividade do setor agro mais rentável. Ainda, ao considerar a retirada dos subsídios à exportação do acordo, tornam-se as macrorregiões mais competitivas, favorecendo ganhos para a grande maioria dos setores do agronegócio.

Os setores de milho, carnes, outros produtos agrícolas e produtos agroindustriais das macrorregiões brasileiras Centro-Oeste, Sudeste e Sul apresentaram um aumento positivo na variação de seus preços, indicando um aumento na produção doméstica, exportações e importações. Esses resultados corroboram com Thorstensen e Nogueira (2019), que sugerem que a participação do Brasil no acordo do CPTPP impacta positivamente o setor do agronegócio, levando a ganhos em aumento da produção de grãos em 2.81% e exportação em 42.57%, além de mensurarem um aumento no total do PIB do setor agrícola em US\$ 22,47 bilhão, aproximadamente cerca de 4,25%.

Além disso, como o Japão e o Vietnã são importantes importadores *commodities* agrícolas do Brasil (MDIC, 2019), se o Brasil se integrar ao CPTPP, passará a intensificar suas relações comerciais,

principalmente nos setores de grãos, carnes, outros produtos agrícolas e produtos agroindustrializados e, conseqüentemente, impulsionarão a produção destas *commodities*.

Destaca-se que o aumento nas importações é benéfico para o setor, pois indicam que, se o Brasil participar do “CPTPP+BRASIL”, as relações comerciais das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul acabam se concentrando com os países membros, elevando seus fluxos comerciais, em uma relação de ganha-ganha. Ainda, pode-se compreender que esse aumento das importações provém dos ganhos dos fatores de produção causados pelo aumento das exportações e produção nessas regiões, que contribuem na formação da renda das famílias, que agora, além de consumir os produtos domésticos, passarão a consumir os produtos importados.

Além disso, o Brasil apresenta melhores resultados em seus fluxos comerciais com o CPTPP, em consequência de maiores possibilidades em acesso a novos mercados. Destaca-se que o Brasil atualmente tem uma participação muito pequena no comércio internacional de bens e serviços, cerca de 1,23% (TWO, 2019). Esta baixa participação deixa o Brasil em condição fragilizada nas mesas de negociação, com pouco poder de barganha (JANK et al., 2018).

Jank et al. (2018) sugerem que, para o Brasil almejar uma melhor inserção no comércio internacional, deverá realizar uma abertura do mercado para a importação de produtos do agronegócio que hoje não são importados. Para o autor, isso poderá causar um impacto negativo na balança comercial do agronegócio no curto prazo, contudo, essa maior inserção no comércio agrícola mundial a partir do aumento de importações possibilitará ao país abrir mercados pujantes e, ao longo prazo, ampliar o seu saldo comercial.

Em relação às macrorregiões Norte e Sul, estas apresentaram aumento positivo na variação dos preços para a produção doméstica e exportação para todos os setores do agronegócio, em ambos os cenários. Assim, o aumento dos valores da produção doméstica é pressionado pelo aumento das exportações, que acabam impactando positivamente o setor. Destaca-se que, nos cenários 1 e 2, correspondentes à efetivação do CPTPP sem o Brasil, o Norte apresentou ganhos em termos de bem-estar, indicando que essa região possui vantagens competitivas entre os setores do agronegócio das demais regiões quanto às relações comerciais com os países signatários do CPTPP, o que eleva ainda mais os seus ganhos quando o Brasil hipoteticamente está participando de tal acordo (cenários 3 e 4).

Por fim, com a análise dos cenários simulados 3 e 4, evidencia-se que a hipótese de o Brasil fazer parte do CPTPP favorece os setores do agronegócio, visto que é onde o país apresenta vantagens comparativas na sua produção e exportação. Pois, na análise dos cenários simulados 1 e 2, foi evidenciado que, se o Brasil ficar isolado deste acordo comercial, ocorrerão perdas para o setor do agronegócio, um prejuízo na produção e exportação, que, por sua vez, acaba impactando os demais setores da economia brasileiras das regiões.

Esse fato sugere que a existência do “CPTPP+BRASIL” na conjuntura atual de comércio internacional favorece os setores em que o país apresenta vantagens comparativas na sua produção e exportação. Além disso, a maior integração internacional gera maior relacionamento nas cadeias de valor entre os países, estabilizando as correntes de comércio, evitando rupturas e gerando sinergias e ganhos de eficiência para todos (JANK et al, 2018). Assim, torna-se importante para as macrorregiões brasileiras a efetivação do “CPTPP+BRASIL”, pois fortalece o acesso aos mercados já conquistados.

4.2.2 Setor da Indústria-Manufatura

Na Tabela 3, são apresentados os resultados das mudanças no valor da produção, exportação e importação do setor da indústria-manufatura das macrorregiões brasileiras para os cenários propostos. Para os cenários 1 e 2, as macrorregiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul apresentaram variação positiva para os valores da produção doméstica e exportação para todos os setores da indústria, com exceção do setor de vestuário e calçados, que apresentou variação negativa para todas as macrorregiões. Isso indica que a efetivação do CPTPP, com exceção do setor de vestuário e calçados, trará ganhos para o setor industrial destas macrorregiões, contudo esses valores são relativamente pequenos. Sugere-se que esses ganhos vem do deslocamento de recursos produtivos (capital e trabalho) dos vários setores agropecuários, impactados negativamente com a efetivação do CPTPP em direção ao setor industrial.

Convém ressaltar que, dada a importância do segmento da indústria brasileiro e de suas relações comerciais com o México e o Chile, é possível que ocorra desvio de comércio entre os membros do acordo do CPTPP em direção às macrorregiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul, por que o Brasil e o México já possuem Acordo de Complementação Econômica (ACE), individual ou via Mercosul (Brasil\México ACE-53; Mercosul\México, ACE-54; e Automotivo Mercosul\México, ACE-55) (MDIC, 2019b).

Tabela 3 – Mudanças no valor da produção, exportação e importação do setor da indústria-manufatura das macrorregiões brasileiras – variações percentuais ($\Delta\%$)

CPTPP	Têxteis	Vestuário e Calçados	Madeira e mobiliário	Produtos de papel	Químico...	Outras Manuf.	CPTPP+ BRASIL	Têxteis	Vestuário e Calçados	Madeira e mobiliário	Produtos de papel	Químico...	Outras Manuf.	
PRODUÇÃO														
Norte	CENÁRIO 1	-0.02	-0.12	-0.03	0.04	-0.01	0.07	CENÁRIO 3	0.28	1.07	0.21	0.25	0.38	-0.54
Nordeste		0.04	-0.01	0.02	0.05	0.07	0.11		-1.23	-1.02	-0.02	-0.29	-0.34	-0.78
Centro-Oeste		0.02	-0.03	0.03	0.06	0.04	0.12		-0.18	-0.44	0.04	0.01	0.05	-0.73
Sudeste		0.01	-0.06	0.02	0.04	0.03	0.11		-0.52	-0.94	-0.20	-0.19	-0.12	-0.11
Sul		0.02	-0.01	0.03	0.02	0.01	0.09		-0.56	-2.97	0.34	0.19	0.38	0.01
Norte	CENÁRIO 2	-0.02	-0.12	-0.03	0.04	-0.01	0.07	CENÁRIO 4	0.28	0.35	0.20	0.33	0.40	-0.46
Nordeste		0.04	-0.01	0.02	0.05	0.07	0.11		-1.14	-1.32	0.02	-0.22	-0.23	-0.64
Centro-Oeste		0.02	-0.03	0.03	0.06	0.04	0.12		-0.13	-1.02	0.12	0.11	0.13	-0.55
Sudeste		0.01	-0.06	0.02	0.04	0.03	0.11		-0.50	-1.62	-0.14	-0.11	-0.05	0.05
Sul		0.02	-0.01	0.03	0.02	0.01	0.09		-0.51	-3.06	0.40	0.23	0.42	0.14
EXPORTAÇÃO														
Norte	CENÁRIO 1	-0.10	-0.53	-0.07	0.09	0.01	0.10	CENÁRIO 3	7.22	10.58	0.60	0.82	1.24	-0.49
Nordeste		0.07	-0.10	0.08	0.08	0.14	0.24		-1.89	0.94	0.61	0.16	-0.68	-1.19
Centro-Oeste		0.08	-0.23	0.11	0.20	0.12	0.23		1.30	5.72	0.60	0.63	0.73	-1.00
Sudeste		-0.01	-0.23	-0.01	0.09	0.03	0.20		-0.24	1.94	0.27	0.22	0.23	1.41
Sul		0.04	-0.01	0.05	0.10	0.06	0.19		0.06	-2.31	0.74	1.16	0.77	0.71
Norte	CENÁRIO 2	-0.10	-0.53	-0.07	0.09	0.01	0.10	CENÁRIO 4	7.25	5.42	0.57	1.00	1.32	-0.37
Nordeste		0.07	-0.10	0.08	0.08	0.14	0.24		-1.74	-1.01	0.83	0.36	-0.46	-0.87
Centro-Oeste		0.08	-0.23	0.11	0.20	0.12	0.23		1.54	2.06	0.90	0.95	0.96	-0.65
Sudeste		-0.01	-0.24	-0.01	0.09	0.03	0.20		-0.16	-0.64	0.42	0.39	0.32	1.68
Sul		0.04	-0.01	0.05	0.10	0.06	0.19		0.17	-2.46	0.85	1.35	0.92	1.00
IMPORTAÇÃO														
Norte	CENÁRIO 1	0.04	0.03	0.07	0.02	-0.01	0.02	CENÁRIO 3	0.80	-0.20	-0.27	0.15	0.37	0.50
Nordeste		-0.01	-0.01	-0.01	0.01	0.00	-0.01		0.10	1.13	0.07	-0.10	0.15	0.29
Centro-Oeste		-0.02	-0.02	-0.03	0.00	-0.03	0.00		0.68	2.30	0.38	0.14	0.44	0.16
Sudeste		0.00	0.01	0.02	-0.07	-0.03	-0.04		1.28	1.10	0.52	2.92	1.04	2.33
Sul		-0.01	0.02	-0.05	-0.03	-0.03	-0.01		0.58	27.30	0.70	0.48	0.20	0.40
Norte	CENÁRIO 2	0.04	0.03	0.07	0.02	-0.01	0.02	CENÁRIO 4	0.83	-0.16	-0.19	0.16	0.37	0.52
Nordeste		-0.01	-0.01	-0.01	0.01	0.00	-0.01		0.10	1.13	0.06	-0.08	0.15	0.29
Centro-Oeste		-0.02	-0.02	-0.03	0.00	-0.03	0.00		0.64	2.25	0.35	0.15	0.42	0.16
Sudeste		0.00	0.01	0.02	-0.07	-0.03	-0.04		1.25	1.11	0.56	2.73	0.99	2.27
Sul		-0.01	0.02	-0.05	-0.03	-0.03	-0.01		0.52	27.06	0.60	0.42	0.17	0.38

Fonte: Resultados da pesquisa.

Ainda, é possível indicar que os ganhos de eficiência econômica do setor industrial brasileiro devem-se ao aumento dos fluxos comerciais da indústria automobilística (SILVA, 2018), pelo deslocamento da demanda americana para os produtos automobilísticos brasileiros (YAGIHASHI; SELOVER, 2017). Conforme Silva (2018), o Japão é o principal exportador destes bens aos Estados Unidos, e, com a efetivação do CPTPP, a eliminação das tarifas de importação e subsídios entre seus signatários deverá deslocar os produtos japoneses em direção a outros integrantes do acordo.

A macrorregião Norte será a economia mais prejudicada com a formação do CPTPP. Seus setores têxteis (-0,02% cenário 1 e -0,02% cenário 2), vestuário e calçados (-0,12% cenário 1 e -0,12% cenário 2)

e madeira e mobiliário (-0.03 Δ % cenário 1 e -0.03 Δ % cenário 2) apresentaram queda na produção doméstica, que refletem na redução das exportações, e, conseqüentemente, impulsionam um aumento nas importações desses setores.

O Sudeste, apesar de apresentar uma variação positiva na produção doméstica em seus setores industriais com a efetivação do CPTPP, acaba impactando em uma diminuição nas exportações dos setores têxteis (-0,01% cenário 1 e -0,01% cenário 2), vestuário e calçados (-0,23% cenário 1 e -0,24% cenário 2), e madeira e mobiliário (-0,01% cenário 1 e -0,01% cenário 2) que, do mesmo modo, impulsiona um aumento nas importações desses setores. Isso acontece porque as macrorregiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul tornam-se mais competitivas e/ou seus produtos são mais atrativos aos países membros do CPTPP dado as suas estruturas produtivas. Constata-se, de forma geral, que o cenário 2 correspondente à liberalização completa de comércio, a qual acaba gerando maiores efeitos sobre a estrutura produtiva e comercial da economia industrial brasileira, entretanto, em termos percentuais, produz uma diferença positiva(negativa) relativamente pequena.

Quanto aos resultados das simulações para os cenários 3 e 4, destaca-se a região Norte que apresentou uma variação positiva em todos os setores industriais, indicando aumento na produção doméstica e exportação, com exceção do setor de outras manufaturas (-0.54% cenário 3 e -0.49% cenário 4). No Norte, os setores que impulsionaram suas exportações com a formação de livre comércio entre Brasil e CPTPP foram os têxteis (7.22% cenário 3 e 7.25% cenário 4) e vestuário e calçados (10.58% cenário 3 e 5.42% cenário 4), que, conseqüentemente, impulsionaram um aumento relevante na produção doméstica. Destaca-se que o setor de vestuários e calçados do Norte, em mudanças absolutas, foi o que apresentou o maior aumento nas exportações, tornando-se a macrorregião com maior competitividade neste segmento frente às demais macrorregiões brasileiras.

As macrorregiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste apresentaram variações negativas na produção doméstica sobre os setores têxteis e vestuário e calçados. A Região Sul foi a macrorregião que apresentou, em mudanças absolutas, o maior aumento em importações desses setores (27.302% cenário 3 e 27.060% cenário 4). Assim, o setor têxtil do Sul apresentou prejuízos na produção doméstica (-0.558% cenário 3 e -0.51% cenário 4), que, apesar de não refletir uma queda nas exportações (0.06% cenário 3 e 0.17% cenário 4), apresentou um aumento nas importações do setor (0.58% cenário 3 e 0.52% cenário 4), proporcional à queda na produção doméstica. Já o setor de vestuários e calçados do Sul apresentou um prejuízo, com variação negativa no que tange à produção (-2.970% cenário 3 e -3.059% cenário 4) e à exportação (-2.97% cenário 3 e -3.06% cenário 4), conseqüentemente, elevando as importações (-27.30% cenário 3 e 27.06 Δ % cenário 4), levando o setor a obter relações deficitárias com o CPTPP.

Isso reflete a baixa competitividade brasileira em setores de manufatura deste segmento, com uma produtividade inferior à média internacional (CNI-Confederação Nacional da Indústria, 2017), em especial do vestuário e calçados, à parte do agronegócio, indicando que os países signatários do CPTPP têm maior força para competir em setores distintos que o Brasil.

Destaca-se que o Brasil é um importante produtor e exportador mundial de algodão (4º maior produtor e 2º maior exportador - safra 2018/19) e couro (2º maior exportador) (MDIC, 2019). Desta forma, torna-se importante refletir sobre questões que contribuam para o país em gestão e organização quanto às exportações e importações, de modo a melhor competir, principalmente nos segmentos de maior valor adicionado, diminuindo a dependência por *commodities* básicas nas exportações (JANK et al., 2018), ou seja, não só exportar a matéria-prima, mas aumentar a pauta de exportação de maior valor agregado para todos os setores, não apenas em roupas e calçados. Assim, torna-se fundamental entender a importância de o Brasil adotar uma postura mais estratégica, de curto e longo prazo, para que os setores manufatura e agronegócio trabalhem em conjunto, em prol do crescimento do país, visto que se sabe que um país não cresce sem se industrializar e se desenvolver tecnologicamente.

Pode-se sugerir também que o impacto negativo no setor de vestuário e calçados, evidenciados tanto nos cenários 1 e 2, como para os cenários 3 e 4, poderá ser causado pelo aumento das exportações do Vietnã. Conforme Maliszewska et al. (2018), é estimado que, com a efetivação do CPTPP, as exportações deverão crescer aproximadamente 4,2%, refletindo-se em maiores aumentos de ganhos de produtividade (6,9%) e, em uma perceptiva setorial, estima-se que o maior crescimento na produção seja em roupas e couro, têxteis, produtos químicos e plástico e maquinaria, e outros equipamentos.

Contudo, identificou-se variação positiva na produção dos setores madeira e mobiliário, papel, celulose e indústria gráfica, e químicos, indústria da borracha e plásticos nas macrorregiões Norte, Centro-Oeste e Sul, tanto no cenário 3 como no cenário 4. Isso significa que, apesar dos valores mensurados apresentarem uma pequena magnitude, as macrorregiões Norte, Centro-Oeste e Sul se tornaram mais dinâmicas no comércio internacional de produtos manufaturados, uma vez que se elevam as variações exportadas e importadas desses setores. É possível que esses ganhos sejam provindos dos deslocamentos dos fatores produtivos (capital e trabalho) dos setores têxteis, vestuário e calçados e outras manufaturas em direção aos demais setores da indústria.

Ainda é possível sugerir que, as macrorregiões Norte, Centro-Oeste e Sul tornaram-se mais competitivas e/ou seus produtos são mais atrativos aos países membros do CPTPP dadas as suas estruturas produtivas, uma vez que as macrorregiões Nordeste e Sudeste apresentaram variação negativa na produção doméstica em todos os setores econômicos com a simulação do cenário 3, e uma variação negativa em quase todos os setores (exceto madeira e mobiliário, Nordeste e exceto outras manufaturas, Sudeste) na produção doméstica com a simulação do cenário 4. Deste modo, sugere-se também que os setores industriais beneficiados com o possível acordo do “BRASIL+CPTPP” reforçam a importância das relações comerciais entre Brasil e seus parceiros comerciais, Chile e México (signatários do CPTPP).

Destaca-se que a formação do CPTPP, cenários 1 e 2, gera possíveis oportunidades para setores específicos da indústria brasileira, em aumento de produção doméstica e exportação. Entretanto, os ganhos do setor industrial brasileiro não compensariam as quedas/perdas evidenciadas nos setores do agronegócio, pois muitos dos setores industriais brasileiros possuem uma baixa competitividade e produtividade no que tange à concorrência internacional (CNI, 2017).

Com base nas simulações dos cenários 3 e 4, onde o Brasil participa de um acordo de livre comércio com o CPTPP, estes setores acabam registrando algumas perdas devido aos ganhos apresentados pelos setores do agronegócio. Logo, o efeito negativo mensurado vem do deslocamento de recursos produtivos (capital e trabalho) dos vários setores industriais em direção aos setores do agronegócio que passaram a ser mais atrativos na economia. Ou, ainda, pode-se sugerir que o setor do agronegócio estaria organizado em sua estrutura produtiva econômica de tal forma estratégica, com condições em competir no comércio internacional frente à concorrência, bem como em um mercado de livre comércio. Então, a queda dos setores da indústria seria compensada por um aumento significativo do PIB dos setores do agronegócio (THORSTENSEN; NOGUEIRA, 2019).

Entretanto, o que chama atenção é que se o Brasil participasse realmente do CPTPP, além dos ganhos para o setor do agronegócio, o setor industrial seria impactando em melhora dos seus termos de troca, em especial nos setores de madeira e mobiliário e papel, celulose e gráfica, os quais apresentaram um aumento nas exportações para todas as macrorregiões brasileiras, com maiores ganhos para a macrorregião do Norte.

Por fim, convém destacar que o cenário 4, liberalização completa de comércio, acaba gerando maiores efeitos sobre a estrutura produtiva e comercial da economia industrial brasileira em relação ao cenário 3, considerando apenas a eliminação de tarifas a importação. Contudo, em relação aos cenários 1 e 2, nota-se que estes efeitos, em termos percentuais, acabam apresentando resultados com maiores diferenças positivas (negativas) apenas quando o Brasil participa do CPTPP.

4.2.3 Setor de Serviço

Com o novo padrão de comércio internacional, as cadeias globais de valor e os acordos comerciais preferenciais induziram uma nova estrutura de comércio mundial de serviços, tornando as economias mais desenvolvidas do mundo mais especializadas nas exportações de serviços de alto valor agregado, enquanto as economias menos desenvolvidas, em serviços de baixo valor agregado. Apesar da economia brasileira possuir pouca integração nas cadeias globais e regionais de valor até então, o setor de serviços vem aumentando continuamente a sua participação no PIB do país.

Na Tabela 4, são apresentados os resultados da efetivação do CPTPP e “CPTPP+BRASIL”, simulações de todos os quatro cenários propostos quanto às mudanças no valor da produção, exportação e importação do setor de serviços para as macrorregiões brasileiras. Com as simulações dos cenários 1 e 2, constatou-se uma variação positiva para quase todos os setores de serviços, em todas as macrorregiões

brasileiras sobre a produção doméstica, que, conseqüentemente, aumentou as exportações de serviços, impactando em diminuição das importações. Esse aumento poderá ocorrer em decorrência do aumento na produção e exportações dos setores de manufaturados, exceto os setores de vestuário e calçados, que apresentaram efeitos positivos com a efetivação do CPTPP, e deste modo, acabam por demandar maiores produtos de serviços.

Tabela 4 – Mudanças no valor da produção, exportação e importação do setor de serviços das macrorregiões brasileiras – variações percentuais ($\Delta\%$) – cenários 1, 2, 3 e 4

	CPTPP	Utilidade Pública	Construção	Comércio	Transporte	Serviço	CPTPP+BRASIL	Utilidade Pública	Construção	Comércio	Transporte	Serviço
PRODUÇÃO												
Norte	CENÁRIO 1	-0.01	0.00	-0.02	0.00	0.00	CENÁRIO 3	0.10	-0.08	0.25	0.31	-0.01
Nordeste		0.03	0.00	0.02	0.02	0.01		-0.15	-0.04	0.02	0.03	-0.02
Centro-Oeste		0.03	0.00	0.01	0.02	0.01		-0.07	-0.02	-0.02	0.05	-0.02
Sudeste		0.03	0.00	0.01	0.03	0.01		-0.11	-0.14	-0.09	0.00	-0.11
Sul		0.01	0.00	0.00	0.01	0.01		0.17	-0.04	0.14	0.23	0.18
Norte	CENÁRIO 2	-0.01	0.00	-0.02	0.00	0.00	CENÁRIO 4	0.10	-0.09	0.23	0.31	-0.01
Nordeste		0.03	0.00	0.02	0.02	0.01		-0.10	-0.03	0.04	0.06	-0.01
Centro-Oeste		0.03	0.00	0.01	0.02	0.01		-0.03	-0.02	0.00	0.09	-0.01
Sudeste		0.03	0.00	0.01	0.03	0.01		-0.07	-0.14	-0.07	0.03	-0.09
Sul		0.01	0.00	0.00	0.01	0.01		0.19	-0.04	0.15	0.25	0.20
EXPORTAÇÃO												
Norte	CENÁRIO 1	0.10	0.12	-0.05	0.02	0.11	CENÁRIO 3	1.93	1.51	0.54	1.10	1.21
Nordeste		0.21	0.24	0.03	0.12	0.08		1.23	0.82	0.22	0.53	0.25
Centro-Oeste		0.10	0.03	0.07	0.14	0.07		-0.32	-0.32	-0.16	0.26	-0.12
Sudeste		0.05	-0.01	0.08	0.19	0.04		-0.39	-0.59	-0.22	0.50	-0.28
Sul		0.06	0.01	0.04	0.09	0.04		0.70	0.41	0.49	0.78	0.59
Norte	CENÁRIO 2	0.10	0.12	-0.05	0.02	0.11	CENÁRIO 4	2.11	1.60	0.48	1.11	1.31
Nordeste		0.21	0.24	0.03	0.12	0.08		1.54	1.06	0.24	0.65	0.31
Centro-Oeste		0.10	0.03	0.07	0.14	0.07		-0.19	-0.29	-0.08	0.43	-0.04
Sudeste		0.05	-0.01	0.08	0.19	0.04		-0.31	-0.62	-0.15	0.67	-0.24
Sul		0.06	0.01	0.04	0.09	0.04		0.80	0.43	0.55	0.90	0.65
IMPORTAÇÃO												
Norte	CENÁRIO 1	0.03	0.03	0.01	0.01	0.02	CENÁRIO 3	-0.35	-0.42	-0.21	-0.30	-0.28
Nordeste		-0.05	-0.07	-0.01	-0.04	-0.06		-0.72	-0.35	-0.29	-0.15	-0.16
Centro-Oeste		-0.07	-0.05	-0.03	-0.06	-0.05		-0.28	0.03	0.14	-0.07	0.11
Sudeste		0.02	0.01	0.01	-0.02	-0.02		0.12	0.38	0.20	-0.04	0.19
Sul		-0.07	0.00	-0.02	-0.07	-0.01		-0.71	-0.54	-0.18	-0.32	-0.41
Norte	CENÁRIO 2	0.03	0.03	0.01	0.01	0.02	CENÁRIO 4	-0.31	-0.40	-0.18	-0.29	-0.25
Nordeste		-0.05	-0.08	-0.01	-0.04	-0.06		-0.82	-0.47	-0.28	-0.18	-0.21
Centro-Oeste		-0.07	-0.05	-0.03	-0.06	-0.05		-0.40	-0.05	0.11	-0.14	0.06
Sudeste		0.02	0.01	0.01	-0.02	-0.02		0.14	0.40	0.21	-0.06	0.18
Sul		-0.07	0.00	-0.02	-0.07	-0.01		-0.85	-0.55	-0.21	-0.41	-0.43

Fonte: Resultados da pesquisa.

Neste contexto, nota-se um impacto positivo para as macrorregiões brasileiras no setor de serviços com a efetivação do CPTPP. Embora seja em pequena magnitude, é preciso que o Brasil tenha certa acuidade, pois tornar-se exportador e produtor de serviços de baixo valor agregado não é competitivo para o país e nem para a eficiência com que capital e trabalho são combinados pelas empresas (VEIGA; RIOS, 2017), pois produzem efeitos sobre a renda das famílias, como foi identificado com as simulações dos cenários 1 e 2, em que a efetivação do CPTPP gera impacto negativo para o Brasil em perdas de bem-estar e PIB.

Quanto aos resultados das simulações para os cenários 3 e 4, correspondente à efetivação do “CPTPP+BRASIL”, as macrorregiões Centro-Oeste e Sudeste apresentaram uma variação negativa nas exportações de serviços e na produção doméstica, significando um pequeno impacto negativo no setor de serviços para estas regiões, que, por sua vez, acabaram aumentando as importações. Isso ocorre, pois, com a efetivação do “CPTPP+BRASIL”, os setores do agronegócio tornaram-se mais competitivos do que o setor de serviço, e, deste modo, ocorre uma mobilidade dos fatores de produção, capital e trabalho dos

setores de serviços para os demais setores da economia das macrorregiões brasileiras que se tornaram mais eficientes com tal acordo.

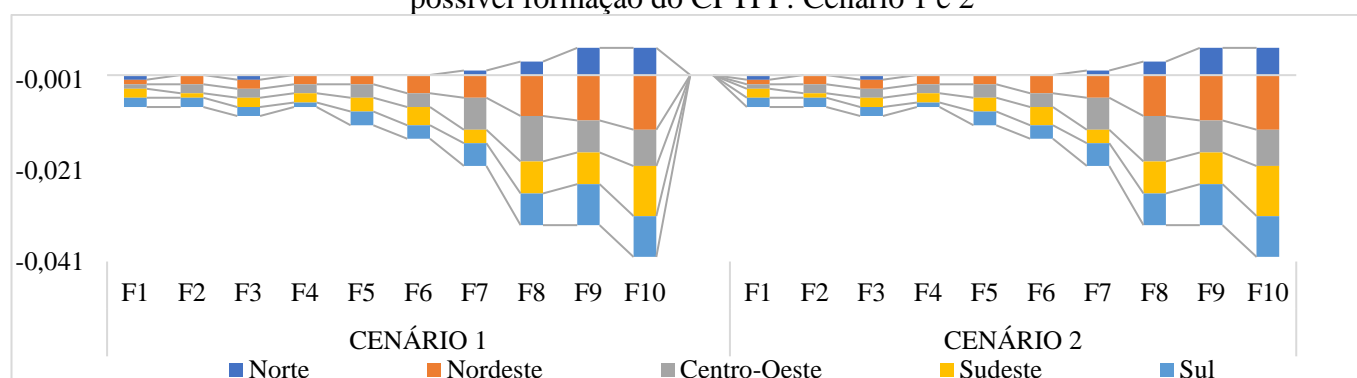
Convém ressaltar que, para todas as macrorregiões, o setor de transporte foi o único a apresentar aumento na demanda tanto em produção doméstica, como em exportação. Então, como ocorrerá uma variação positiva no setor do agronegócio, maiores trocas nos fluxos comerciais com a possível efetivação “CPTPP+BRASIL”, é provável que o setor do agronegócio demande mais serviços de transporte, uma vez que este setor é responsável pelo consumo de aproximadamente 42% de todos os serviços de transporte do país (CEPEA, 2018).

4.2 ANÁLISE DOS IMPACTOS DISTRIBUTIVOS DE COMÉRCIO DO CPTPP E “CPTPP+BRASIL” SOBRE O BEM-ESTAR ECONÔMICO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS E SOBRE OS FATORES DE PRODUÇÃO

O comércio internacional muitas vezes tem efeitos diferentes na distribuição de renda sobre os países. Além disso, os efeitos transbordam entre as diferentes regiões de um mesmo país que se encontra inserido nesta dinâmica, gerando impacto direto e indireto na utilidade dos bens domésticos ou importados no consumo das famílias (agentes consumidores). Ou seja, no bem-estar econômico das famílias.

Buscando descrever e analisar a variação percentual no bem-estar da população a fim de compreender a lógica da manutenção dos desequilíbrios regionais, analisam-se os efeitos da formação do CPTPP sobre o bem-estar econômico das famílias nas macrorregiões brasileiras desagregada por classes de renda para os cenários 1 e 2, os quais são apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Variação percentual ($\Delta\%$) no bem-estar das famílias nas macrorregiões brasileiras com a possível formação do CPTPP: Cenário 1 e 2



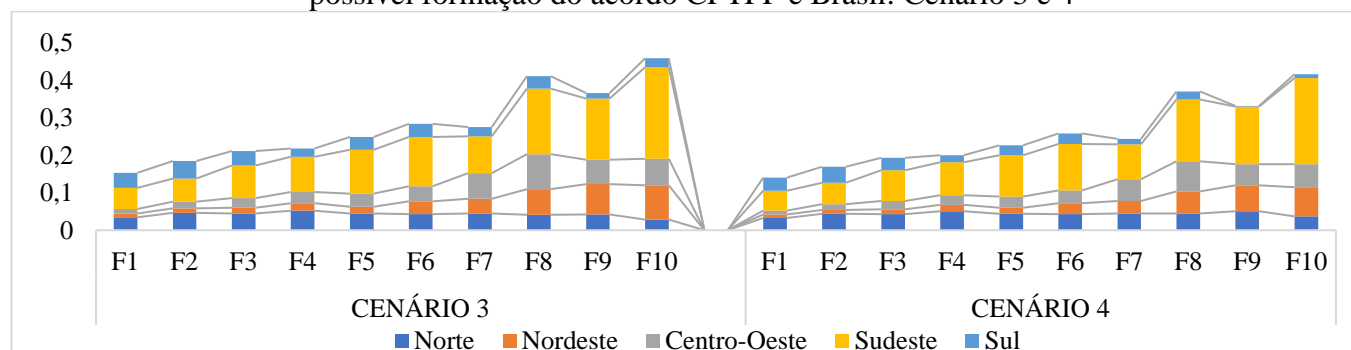
Fonte: Resultados da pesquisa.

Ao observar os resultados da variação percentual no bem-estar das famílias com a formação do CPTPP, cenários 1 e 2, nota-se um nível crescente de bem-estar apenas para a macrorregião do Norte sobre as famílias de classes de renda mais altas (F7, F8, F9, F10). Isso indica que a variação do bem-estar nessa região dependeria da classe social da família. Deste modo, as famílias mais ricas do Norte registraram um nível de bem-estar mais elevado em relação as famílias mais pobres, as quais acabam perdendo em termos de bem-estar com a formação desse acordo.

Os resultados observados para as demais macrorregiões: Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, indicaram uma queda progressiva no bem-estar, consumo e renda das famílias, visto que os fatores de produção são alocados de forma ineficiente. Nota-se que o nível de bem-estar das famílias mais ricas dessas regiões é mais baixo relativamente ao das famílias mais pobres, porém ambas acabam perdendo relativamente em termos de bem-estar. Então, as famílias F8, F9, F10, de classes mais altas, apresentaram maiores perdas em bem-estar com a formação desse acordo, sendo as famílias das macrorregiões Sul e Nordeste mais afetadas. Identifica-se que as perdas e ganhos de comércio em termos de bem-estar para as classes de famílias brasileiras são distribuídos de forma diferente entre as macrorregiões do país. Apesar dos resultados mensurados nos cenários 1 e 2 apresentarem pequenos valores em nível de bem-estar, eles não foram benéficos para todas as famílias das macrorregiões, uma vez que as famílias não seriam beneficiadas com tal acordo comercial, impactando diretamente no seu consumo e renda. Quanto aos efeitos

da possível integração do Brasil ao CPTPP (“CPTPP+BRASIL”), cenários 3 e 4, no bem-estar econômico das famílias nas macrorregiões brasileiras, estes são apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Variação percentual ($\Delta\%$) no Bem-Estar das famílias nas macrorregiões brasileiras com a possível formação do acordo CPTPP e Brasil: Cenário 3 e 4



Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota-se que, com essa possível integração do Brasil ao CPTPP, os resultados acabam sendo benéficos para todas as classes de renda das famílias brasileiras, visto que todas apresentaram ganhos de bem-estar. Isso indica que a formação de uma área de “livre comércio” entre o Brasil e os países do CPTPP resulta em benefícios não apenas para os “donos diretos do capital” mas também para toda a sociedade (MISES, 2010).

Além disso, como o Brasil hipoteticamente faz parte do CPTPP, as famílias consumidoras passam a ser beneficiadas com uma baixa no preço relativo dos bens produzidos dentro do bloco, pagando menos pelos bens produzidos, devido à melhor alocação de recursos pelos produtores. Assim, uma maior integração de comércio internacional tende a contribuir para a redução do nível geral de preços da economia, gerando efeitos positivos sobre a renda real do consumidor, em especial da população mais pobre (FUNCEX, 2018).

Destaca-se que as famílias do Norte e do Sul apresentaram menores ganhos em termos de melhora de bem-estar, comparadas com as famílias do Sudeste, macrorregião que apresentou maiores ganhos em termos de bem-estar com adesão do Brasil ao CPTPP. Contudo, destaca-se que no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, os ganhos de bem-estar foram distribuídos em proporções semelhantes entre as famílias, beneficiando de forma mais harmônica todas as classes de renda. Deste modo, pode-se sugerir que o “CPTPP+BRASIL” contribuirá na diminuição do nível de desigualdade no bem-estar econômico e isso pode melhorar os padrões de vida ao longo prazo (MOHAMED et al., 2019).

O Sudeste será a macrorregião que apresentará maiores ganhos em bem-estar com a possível formação do “CPTPP+BRASIL”. Conforme evidenciado, nos cenários 3 e 4, o Brasil passará a intensificar suas relações comerciais com os países do CPTPP, e, como Sudeste já responde por cerca de 56% (2018) do total exportado do Brasil para o CPTPP (MDIC, 2019), conseqüentemente, tenderá a ser a região que apresentará maiores ganhos para as suas famílias, dada a sua estrutura econômica, além de tornar-se a região mais atrativa e competitiva na alocação dos fatores de produção: terra, trabalho e capital. Essas diferenças podem ser explicadas devido ao Sudeste apresentar uma estrutura econômica mais sólida, que permitiria às famílias mais ricas aproveitar melhor essas oportunidades (MOHAMED et al., 2019).

Observou-se que os ganhos de comércio em termos de bem-estar para as classes de famílias brasileiras são distribuídos de forma diferente entre as macrorregiões do país. Nesse sentido, pode-se sugerir que os ganhos para as famílias brasileiras são progressivos dentro de suas próprias macrorregiões, ou seja, as famílias com renda maior (classes F10, F9, F8) apresentaram proporcionalmente maiores ganhos em termos de bem-estar em relação às famílias com renda mais baixa (classes F1, F2, F3). Contudo, esses ganhos distributivos de comércio não necessariamente indicam aumento nas desigualdades de renda, uma vez que, para que um país cresça e se desenvolva, é necessária uma ação de ganha-ganha, e, deste modo, conforme os cenários 3 e 4, todas as famílias ganhariam com o “CPTPP+BRASIL”. Além disso, as famílias que já possuíam mais capital tendem a ganhar mais em relação às famílias com uma renda mais baixa, em especial aquelas que dependem apenas de uma renda mensal, que estão ligadas ao fator de produção trabalho.

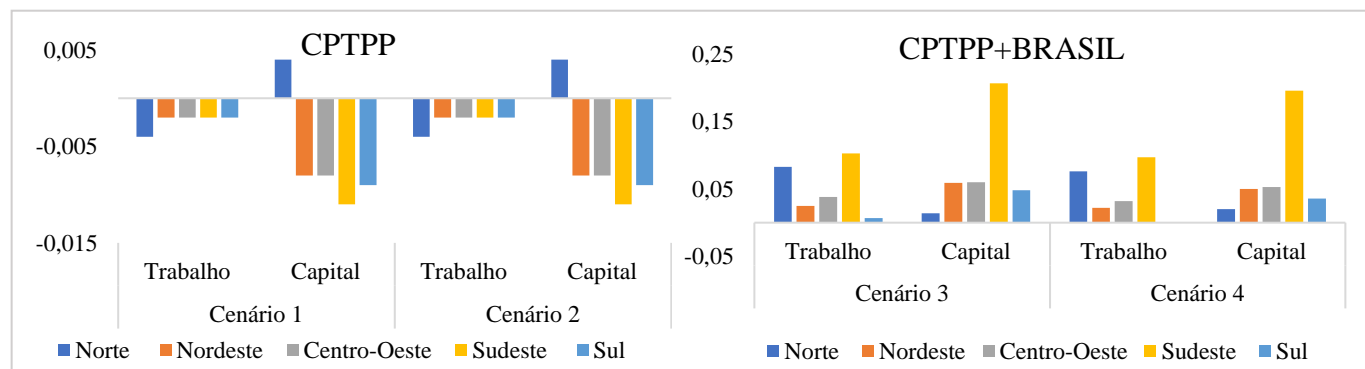
Por fim, constata-se que o Sudeste é a única macrorregião em que haveria um aumento na diferença do bem-estar entre famílias mais pobres e famílias mais ricas. Assim, evidencia-se, de forma geral, que a possível integração “CPTPP+BRASIL” converge para uma diminuição nas desigualdades de bem-estar das famílias nas macrorregiões brasileiras.

Para compreender a lógica da manutenção dos desequilíbrios regionais referente às perdas e aos ganhos de bem-estar das famílias brasileiras provindas da efetivação do CPTPP e “CPTPP+BRASIL”, analisa-se a variação percentual nos fatores de produção, como trabalho e capital, que impactam diretamente na renda das classes de famílias trabalhadoras e capitalistas das macrorregiões.

A variação percentual nos fatores de produção das macrorregiões brasileiras com a possível formação do acordo CPTPP são apresentados no Gráfico 3. Nota-se que, tanto no cenário 1 como no cenário 2, o Norte se beneficia em termo de bem-estar para as famílias de classes de renda mais alta (F8, F9 e F10), de tal forma, que a possível efetivação do acordo do CPTPP impulsionaria um aumento na remuneração do fator de produção capital, em consequência do impacto positivo sobre a produção e exportação dos setores industrial de papel e de outras manufaturas (Tabela 4), tornando a região mais intensiva em capital. Contudo, esse aumento é relativamente baixo, visto que a região acaba apresentando efeitos negativos no fator trabalho. Assim, os ganhos de bem-estar gerados para as famílias de classes mais altas não compensam as perdas das famílias de classes de renda mais baixa, que acabam sentindo um impacto negativo em seu consumo e renda com tal acordo, e, ainda que esses valores mesurados sejam modestos, podem sugerir uma possível concentração de renda nesta região ao longo prazo.

Para as demais macrorregiões, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, verifica-se uma redução dos preços de fatores de produção para todas as famílias da região. Isso indica que, como os preços dos fatores caem, estas regiões deixam de ser competitivas em intensidade de trabalho e capital, o que faz as famílias mais ricas apresentarem perdas maiores relativamente às famílias mais pobres. A queda nos preços dos fatores de produção impacta na renda das famílias trabalhadoras, que, por sua vez, diminuem seu bem-estar, porque ocorre uma oferta maior destes fatores com a formação do CPTPP.

Gráfico 3 - Variação percentual nos fatores de produção das macrorregiões brasileiras



Fonte: Resultados da pesquisa.

Para os cenários 3 e 4, ocorrem ganhos nos fatores de produção. Constata-se um acréscimo em proporção bem maior nas macrorregiões que são mais intensivas em capital, como o caso do Sudeste, que, consequentemente, foi a região que apresentou maiores ganhos em termos de bem-estar para as famílias brasileiras com o “CPTPP+BRASIL”.

Destaca-se que o Sul apresentou uma variação positiva no fator de produção capital, enquanto ao fator trabalho, a variação foi bem pequena (quase nula). Isso significa que, como sua estrutura produtiva é mais intensiva em capital, o aumento nos fluxos comerciais e ganhos em termos de troca, tornam o capital mais eficiente em relação ao trabalho, beneficiando a renda das famílias mais ricas, uma vez que ocorre uma oferta maior de trabalho na região, que faz o preço da remuneração do fator trabalho cair. Quanto às demais regiões, todas apresentaram variação positiva nos fatores de produção com a formação do “CPTPP+BRASIL”, que apesar de ser modesta, gera ganhos em aumento de capital e trabalho. Isso indica que os fatores de produção são combinados de forma eficiente pelas macrorregiões, elevando a renda e o consumo das famílias. Deste modo, sugere-se ao Brasil, em sua busca pelo crescimento econômicos

sustentável, combinar esses fatores de produção com fatores tecnológicos para desenvolver melhores estratégias que visem tornar suas macrorregiões mais produtivas para uma maior inserção nas CGVs. Os países com alta produtividade tendem a tornar-se mais ricos e a terem maiores níveis de bem-estar para a população.

5 CONCLUSÃO

Este estudo investigou os possíveis impactos econômicos e distributivos de comércio que o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífico (CPTPP) pode causar sobre os principais setores econômicos e sobre o bem-estar econômico das famílias nas macrorregiões brasileiras, sob uma hipótese alternativa quanto à possível integração do Brasil em tal acordo.

Os resultados das simulações indicaram que a retirada dos subsídios à exportação é pouco relevante nas negociações comerciais entre os países do CPTPP e entre “CPTPP+BRASIL”, uma vez que, por apresentarem valores relativamente pequenos, não influenciando na eficiência econômica dos membros dos acordos e, deste modo, não geram efeitos de distorção no comércio.

Evidenciou-se a importância de realizar uma negociação futura de adesão do Brasil ao CPTPP, pois essa possível integração estimula o bem-estar, o PIB e a produção e exportação brasileira, em especial do agronegócio. Já a não participação tem efeitos nocivos à economia brasileira, uma vez que os resultados do primeiro e segundo cenários evidenciam prejuízos tanto para o PIB, quanto para o bem-estar, consumo e renda das famílias brasileiras. Esses resultados, refletem a importância do Brasil não se isolar de acordos de livre comércio, mas buscar uma possível aproximação efetiva com os países do CPTPP.

Os resultados para os efeitos distributivos de comércio evidenciados com as simulações da efetivação do CPTPP esses não foram bons para todas as classes de famílias das macrorregiões brasileiras, apresentando redução no consumo e na renda. Por outro lado, com adesão do Brasil ao CPTPP, os resultados são benéficos para todas as classes de renda das famílias brasileiras, visto que, todas apresentaram ganhos de bem-estar. Deste modo, a formação de uma área de livre comércio entre o Brasil e os países do CPTPP resultaria em benefícios não apenas para as classes de famílias mais ricas, como também para as classes de famílias mais pobres. Constatou-se que, com exceção do Sudeste, região em que haveria um aumento da diferença do bem-estar entre as famílias mais pobres e as famílias mais ricas, a possível integração do Brasil com o CPTPP converge para uma diminuição nas desigualdades no bem-estar das famílias das macrorregiões brasileiras.

É possível concluir com os resultados que a formação de uma área de livre comércio entre os países do CPTPP e o Brasil tende a intensificar suas trocas comerciais, tornando os fatores de produção, capital e trabalho mais eficientes, além de provocar uma diminuição nas desigualdades do bem-estar das famílias brasileiras de cada macrorregião, tornando mais harmônicos os efeitos distributivos de comércio.

Considerando que o Brasil é um país com um expressivo potencial de crescimento e desenvolvimento econômico no comércio internacional, um dos maiores e mais competitivos produtores do setor do agronegócio, compreende-se que se apenas mantiver vínculo comercial com os países do continente da Ásia-Pacífico-Oceania, em especial com os países do CPTPP, o Brasil poderá ficar vulnerável à dinâmica do comércio internacional, correndo riscos de fácil substituição por um país concorrente, enquanto, ao formar uma parceria estruturada, envolvendo comércio, investimentos e cooperação, poderá mitigar esses riscos e permitirá perspectivas mais estáveis e mais segurança para o planejamento e investimentos. Deste modo, sugere-se que sejam projetadas e formuladas políticas econômicas que possam direcionar as relações à liberalização comercial e à ampla interação entre as economias com os países da Ásia-Pacífico-Oceania, seja via aproximação com o CPTPP ou via acordos bilaterais com os países signatários, em especial com Japão, Chile, México e Canadá, principais parceiros comerciais do Brasil.

REFERÊNCIAS

CEPEA-Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **O crescimento do agronegócio realmente tem se refletido em maior renda para agentes do setor?** 2018. Disponível em:<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opiniaio-cepea/o-crescimento-do-agronegocio-realmente-tem-se-refletido-em-maior-renda-para-agentes-do-setor.aspx>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CNI-Confederação Nacional da Indústria. Oportunidades para a indústria 4.0 aspectos da demanda e oferta no Brasil. 2017. Brasília: CNI, 2017. 58 p.

CUNHA, C. P. **Os impactos do TPP e RCEP sobre o agronegócio brasileiro: análise por meio de um modelo de equilíbrio geral computável.** 2018. 94 p. Dissertação (Mestrado em Agronegócio)-Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2018.

FMI-Fundo Monetário Internacional. **Pesquisas Econômicas e Financeiras Mundiais: Banco de Dados do World Economic Outlook.** 2019. Disponível em: <https://www.imf.org>. Acesso em: 02 de jan. de 2020.

FUNCEX-Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. Abertura Comercial, Reforma Tarifária e Negociação de Acordos Comerciais. **RBCE**, nº136, Julho/Agosto/Setembro de 2018.

GHAITH, Z. M. **The economic impact of the comprehensive and progressive agreement for Trans-Pacific Partnership on Canadian and Saskatchewan economies: a computable general equilibrium-based analysis.** 2019. 252 p. Tese (Doutorado em Filosofia)-Universidade de Saskatchewan, Saskatchewan, Canadá, 2019.

GOVERNO DO CANADÁ. **Comprehensive and progressive agreement for Trans-Pacific Partnership (CPTPP).** 2019. Disponível em: <https://international.gc.ca/trade-commerce/trade-agreements-accords-commerciaux/agr-acc/cptppptpp/index.aspx?lang=eng>. Acesso em: 1º mar. 2019.

GURGEL, A. C.; PEREIRA, M. W. G., TEIXEIRA, E. C. **A estrutura do PAEG.** In: A estrutura do PAEG.1 ed. Campo Grande : Life, 2013, v.1, p. 13-26.

JANK et al. **Competitividade internacional do agronegócio brasileiro, visão estratégica e políticas públicas.** 2018. In: RODRIGUES, R. (Org.). Agro é Paz: análises e propostas para o Brasil alimentar o mundo. Piracicaba: ESALQ, 2018, p. 416.

MARCHAND, U. B. How does international trade affect household welfare? Households can benefit from international trade as it lowers the prices of consumer goods. **IZA World of Labor**, 2017.

MDIC-Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Acordos dos quais o Brasil é Parte.** 2019. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2019.

MISES, L. **Liberalismo.** 2. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises. 2010.

MOHAMED, A. A.; WOLF, R.; TROTTER, I. M.; MATTOS, L. B. **Impactos da liberalização comercial entre o Brasil, Estados Unidos E China na desigualdade brasileira.** In: XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos - XVII ENABER., 2019, Rio de Janeiro. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos - XVII ENABER., 2019.

PETRI, P. A.; PLUMMER, M. G. China Should Join the New TransPacific Partnership. **PIIE - Peterson Institute for International Economics**, 2019.

SILVA, M. L. **O setor industrial brasileiro frente à integração econômica.** Santa Maria. 2018. 105 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2018.

THORSTENSEN, V. H.; NOGUEIRA, T. R. S. M. (Org.). **Impactos Regulatórios e Econômicos do CPTPP para Brasil e Argentina.** 2019. São Paulo: VT Assessoria Consultoria e Treinamento Ltda., 2019. 230 p.

VEIGA, P. M.; RIOS, S. P. **Inserção em cadeias globais de valor e políticas públicas: o caso do Brasil.** 2017. In: OLIVEIRA, I.T.M.O.; CARNEIRO, F.L.O.; SILVA FILHO, E.B.D.O. Cadeias globais de valor, políticas públicas e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2017. 618p.

WOLF, R.; PEREIRA, M. W. G.; TEIXEIRA, E. C.; GURGEL, A. C.; HIGANO, L. T. M. Efeitos do Programa Bolsa Família sobre o bem-estar econômico das famílias nas macrorregiões brasileiras: uma análise de equilíbrio geral computável. **Análise Econômica (UFRGS)**, Porto Alegre, v. 36, n. 71, p. 267-294, set. 2018.

WTO-WORLD TRADE ORGANIZATION. **Notificación de un acuerdo comercial regional acuerdo global y progresivo para la Asociación Transpacífica (CPTPP).** 2018. Disponível em: <http://rtais.wto.org/UI/PublicShowRTAIDCard.aspx?rtaid=640>. Acesso em: 22 abr. 2019.

YAGIHASHI, T.; SELOVER, D. D. How Do the Trans-Pacific Economies Affect the USA? An Industrial Sector Approach. **The World Economy**, v. 40, n. 10, p. 2097-2124, 2017.